Liminar da Rumble contra Moraes é Negada nos EUA

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 25/02/2025

Uma juíza dos EUA rejeitou a liminar do Rumble e Trump Media & Technology Group contra decisões do ministro brasileiro Alexandre de Moraes, alegando que os protocolos internacionais não foram seguidos adequadamente. Essa decisão levantou questões sobre liberdade de expressão e jurisdição internacional, impactando a AGU e as empresas envolvidas.

A recente decisão da Justiça dos Estados Unidos de negar a liminar proposta pela plataforma Rumble e pela Trump Media & Technology Group contra decisões do ministro Alexandre de Moraes causou grande repercussão. O caso envolve a jurisdição e cumprimento de ordens em território americano, levantando questões sobre soberania e liberdade de expressão.

Decisão da Justiça dos EUA

A decisão da Justiça dos **Estados Unidos** em negar o pedido de liminar da **Rumble** e da **Trump Media & Technology Group** teve

como base a jurisdição e as normas internacionais, como a *Convenção de Haia* e o tratado de assistência jurídica mútua entre os dois países. A juíza Mary S. Scriven não entrou no mérito do pedido, mas destacou que as ordens de **Alexandre de Moraes** não poderiam ser aplicadas sem a notificação adequada das partes, conforme os protocolos existentes.

Ela ainda afirmou que não há indícios de que o governo brasileiro ou o ministro Moraes tenham tentado forçar o cumprimento dessas decisões nos EUA. A proposta das empresas era obter autorização para desconsiderar as ordens brasileiras em território americano, ressaltando problemas de liberdade de expressão e soberania. Contudo, a Justiça norte-americana manteve-se firme em respeitar os acordos internacionais vigentes.

Reações e Implicações Jurídicas

A decisão da Justiça dos Estados Unidos gerou um burburinho jurídico relevante, especialmente considerando a defesa articulada pela Advocacia-Geral da União (AGU) do Brasil. A AGU prontamente emitiu um comunicado afirmando que atuará no caso ao lado de um escritório internacional, conforme as regras da legislação brasileira para representações no exterior. Essa colaboração internacional é essencial para abordar a complexidade do sistema legal americano e garantir que os interesses brasileiros sejam adequadamente defendidos.

Outra reação significativa veio da Rumble e da Trump Media & Technology Group, que colocaram a decisão como uma afronta às **liberdades centrais de expressão** e **soberania**. As empresas manifestaram intenção de desafiar ordens consideradas extraterritoriais e, segundo elas, ilegais, emitidas por Moraes, que incluíam até **ameaça direta ao CEO da Rumble**. Esta situação mostra um embate internacional envolvendo normas de censura, liberdade de expressão e a autoridade dos magistrados em contextos além das fronteiras brasileiras.

FAQ – Liminar da Rumble contra Moraes nos EUA

Por que a liminar da Rumble foi negada nos EUA?

Foi negada porque a Justiça dos EUA considerou a falta de jurisdição e a necessidade de seguir protocolos estabelecidos na Convenção de Haia.

Qual o papel da AGU no caso?

A AGU atuará em parceria com um escritório internacional para defender os interesses do Brasil na justiça americana.

Qual a base da queixa da Rumble contra Moraes?

A Rumble alega que as ordens de Moraes violam princípios de liberdade de expressão e soberania, sendo extraterritoriais e ilegais.

Como a decisão afeta a Rumble?

Afeta ao impedir temporariamente que a Rumble desconsidere as decisões judiciais brasileiras em território americano.

Que tratados internacionais são citados no caso?

A decisão faz referência à Convenção de Haia e ao tratado de assistência jurídica mútua entre Brasil e EUA.

Qual a reação das empresas envolvidas?

Elas veem a decisão como violação à liberdade de expressão e planejam continuar desafiando as ordens de censura de Moraes.

Fonte: https://exame.com/mundo/juiza-dos-eua-nega-liminar-da-rumble-contra-moraes/